



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Edital da Concorrência 01/2015

Processo Administrativo nº 1.32.000.000601/2015-48

1. APRESENTAÇÃO

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação interposto pela empresa Elo Engenharia LTDA, inscrita no CNPJ: 04.332.052/0001-16, situada na Avenida Duque de Caxias, nº 978, Manaus/AM, representada nesse ato pelo Sr. Paulo Tadeu Brasil, representante legal, ora impugnante, que vem, respeitosamente, com fulcro nos §§ 1º e 2º do Artigo 41 da Lei nº 8.666/93, apresentar IMPUGNAÇÃO referente ao Edital de Concorrência 01/2015 da Procuradoria da República no Estado de Roraima – PR/RR, com data da sessão marcada para dia 23 de novembro de 2015, às 09h00 (Horário de local de Boa Vista/RR), cujo o objeto é a Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Boa Vista no Estado de Roraima, em terreno localizado na Avenida General Sampaio, s/nº, Bairro 13 de Setembro, com múltiplos pavimentos, conforme elementos técnicos constantes do Projeto Executivo, Cadernos de Encargos, Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do edital, pelas razões de fato e de direito expostas no requerimento, anexo.

2. DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do disposto nos §§ 1º e 2º do Artigo 41 da Lei nº 8.666/93, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, bem como decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Desse modo, observa-se que a IMPUGNANTE encaminhou sua petição, via Carta nº 092/2015 – ADM-BVB, no dia 09 de novembro de 2015, às 10h15m (horário de recebimento da carta impressa), e, considerando que a abertura da sessão pública está agendada para o dia 23 de novembro de 2015, às 09h:00m:00s (Horário de local de Boa Vista/RR), a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

3. DA RESPOSTA

O pedido toma por base uma divergência de valor do ISS utilizado na composição do BDI de referência que compõe o anexo II do edital.

A legislação municipal determina uma alíquota de 3% para o imposto, enquanto no BDI de referência, baseado nos índices do acórdão 2622-2013 TCU, 2%.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Entretanto, a composição do BDI da proposta dos licitantes é de livre estabelecimento, conforme item 12.12 do edital convocatório, transcrito: "12.12 A composição do BDI será analisada tecnicamente, ressaltando-se que a licitante deve apresentar a fórmula aplicada para o cálculo do percentual final de maneira que a análise técnica possa comprovar esse cálculo. O modelo apresentado no Anexo II deste Ato Convocatório é um modelo exemplificativo, devendo a licitante obedecer à legislação quanto às alíquotas dos tributos".

4. DA DECISÃO

Dessa forma, essa Comissão Especial de Licitação conclui não ser procedente e INDEFERE o pedido de impugnação da licitante e adotará as seguintes medidas:

- 1 - Manter a data da Sessão Pública – 23/11/2015;
- 2 – Dar ciência à IMPUGNANTE;
- 3 – Publicar o pedido de impugnação e esta decisão no sítio da PR/RR, link: <http://www.prrr.mpf.mp.br/licitacoes/2015/Concorrência/>.

Boa Vista-RR, 10 de novembro de 2015

FRANCISCO DE JESUS DA SILVA ARAÚJO

PRESIDENTE CEL/PRRR

MAT.: _____